

Notas informativas**7º Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água**

Empresas participantes mostram soluções inovadoras e criativas

A edição deste ano do 7º Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água, realizado anualmente, contou com 19 empresas inscritas, sendo quatro na categoria micro/pequena e 15 na média/grande. A cerimônia de entrega dos prêmios, ocorrida na sede da Fiesp, em 22 de março, marcou o Dia Mundial da Água.



Janaína Silva, da Pirelli, recebe de Walter Lazzarini, presidente do Cosema (à esq.) e Nelson Pereira dos Reis, diretor titular do DMA (à dir.) o troféu de 1º lugar na categoria grande/média. No quadro ao lado, Reinaldo Ferreira, da Metalsinter recebe de Nelson Vieira Barreira, diretor do DMA, troféu da categoria micro/pequena

Quem obteve o 1º lugar na categoria média/grande foi a empresa Pirelli Pneus e, na micro/pequena, a empresa Metalsinter. Nos projetos apresentados está clara a preocupação com soluções ambientais não somente pelos ganhos econômicos do negócio, mas especialmente pela mudança de conceito e filosofia nas empresas. O objetivo do projeto da Pirelli foi implantar um sistema para reutilização de 100% do efluente tratado internamente, desde março de 2011, reduzindo em 35% o volume de captação do rio Capivari, tendo o investimento, da ordem de R\$ 540 mil, e se completa com programas de educação ambiental, que alcançaram 50% de seus colaboradores e escolas do entorno. Já a empresa Metalsinter apresentou projeto sobre a reutilização da água na lavagem de veículos urbanos (ECO 1500), projeto montado em um posto na Barra Funda, para tratamento de 1.500 litros/hora, ocupando área de apenas 1,5m de comprimento x 0,85m de largura. As empresas Dedini S/A Indústria de Base e Usina São José da Estiva S/A - Açúcar e Alcool ficaram em 2º e 3º lugar respectivamente, na categoria média e grande empresa. Mais informações em: <http://bit.ly/HSSchV>.

Fiesp e Firjan buscam integração com eventos da ONU durante a Conferência Rio+20

Em 20/03, o diretor titular do DMA, Nelson Pereira dos Reis (à direita da foto) participou de almoço com o assessor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Eduardo Gutierrez (ao centro na foto) com o objetivo de promover uma maior integração entre os eventos oficiais da Organização das Nações Unidas e os eventos que estão sendo promovidos pela Fiesp e pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), que acontecerão no Forte de Copacabana durante a Conferência Rio+20. Também estiveram presentes a diretora Marilena Carvalho e o gerente Luis Augusto Carneiro, ambos da área de meio ambiente da Firjan.

**Seminário Água e Saúde**

Da esq. p/ dir.: Eduardo San Martin, Luis Valentim e Ivanildo Hespagnol

Em 22 de março, dia mundial da Água, empresários, especialistas e autoridades de meio ambiente discutiram na Fiesp, as condições da água e os desafios do setor público e privado para atender às exigências da nova Portaria nº 2914, aprovada em dezembro do ano passado, que estabelece novos padrões de potabilidade da água. "O controle no esgoto industrial a gente sabe que existe, mas quem faz o controle da água que recebemos em casa? Até que ponto essa água atende aos padrões de potabilidade? O objetivo deste seminário é discutir a qualidade da água entregue à população", afirmou Eduardo San Martin, diretor titular adjunto do Departamento de Meio Ambiente (DMA)

da Fiesp, na abertura do evento. Segundo o diretor de Meio Ambiente do Centro de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, Luis Sérgio Ozório Valentim, de um total de 357.725 análises realizadas em 2010, 11.787 apuraram água em condições fora de padrão. Já na avaliação do professor-doutor Ivanildo Hespanhol, presidente do Centro Internacional de Referência em Reúso da Água da Universidade de São Paulo (Cirra), para melhorar a qualidade de água potável é preciso concentrar esforços em duas palavras-chave: conservação e reúso. Aprovada em dezembro de 2011, a Portaria 2.914/11 estabelece moldes para controle e vigilância da qualidade da água destinada ao consumo humano e seu padrão de potabilidade. Para saber mais, acesse: <http://bit.ly/HgI9c9>.

Encontro entre empresas italianas e brasileiras



Em 03 de abril, o DMA em parceria com o *Environment Desk* do Departamento para Promoção de Intercâmbios da Embaixada da Itália, organizaram o Encontro com empresas brasileiras da área de meio ambiente com as empresas italianas que acompanharam a visita do Ministro Italiano de Meio Ambiente, Conrado Clini ao Brasil. O encontro contou com expressivo número de participantes e conduzido pelo diretor do DMA, Mário Hirose (Brasil) e por Diego Tomassini (Itália).

Grito de alerta em defesa da produção e do emprego brasileiro



Em 04 de abril, o DMA participou da manifestação que reuniu trabalhadores, empresários e sociedade contra a estagnação do setor produtivo que é responsável pela falta de geração de empregos, reforçando ainda mais o processo de desindustrialização no Brasil. Visando contribuir com o desenvolvimento sustentável do país, o DMA apoia o fortalecimento da indústria brasileira (aspecto econômico) com a geração de empregos (aspecto social) em respeito às legislações ambientais vigentes (aspecto ambiental).

Resíduos Sólidos.....

Manual orienta gestão de resíduos sólidos



Em 27 de março, às 13h30, em Brasília, foi lançado durante o I Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável: pequenos negócios, qualidade ambiental urbana e erradicação da miséria, o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos: Manual de Orientação. O guia foi produzido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em parceria com o

Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais (Iclei) e se propõe a orientar as prefeituras no enfrentamento da questão, atendendo às diretrizes definidas pela Lei nº 12.305/10, que instituiu o Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Para fazer o download do Guia, acesse: <http://bit.ly/Hnp4Ux>.

Mudança do Clima.....

Venda de crédito de carbono é ilegal, diz Funai

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Meira, afirmou que os contratos assinados entre comunidades indígenas e empresas que negociam crédito de carbono são ilegais. Apesar de defender a regulamentação do mecanismo, a Funai ainda não apresentou uma proposta de marco legal à Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça. "Não existe, no Brasil, regulamentação sobre o mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (Redd). Por isso, esses contratos não têm validade jurídica", ressaltou o presidente da Funai. A Fundação pede ainda a criação de um Comitê Nacional de Redd, para monitorar a implantação das iniciativas e regular a execução dos recursos financeiros, e de um fundo, para garantir o acesso e a repartição dos benefícios. O Redd é um mecanismo previsto nos debates da ONU sobre mudanças climáticas para beneficiar financeiramente países em desenvolvimento pela redução das emissões por desmatamento, por meio da comercialização de créditos de carbono. A manutenção de florestas gera créditos. O Brasil seria o maior beneficiário por deter grandes florestas preservadas, com imensos estoques de carbono.

Fonte: *Estado de São Paulo*, <http://bit.ly/I8MnWl>.

PF apura fraude na venda de créditos ambientais da Mata Atlântica em SP

A Polícia Federal está investigando um suposto esquema de venda de créditos ambientais gerado pelas áreas de Mata

Atlântica do Estado de São Paulo em benefício de empresas, prefeituras, funcionários públicos e organizações não governamentais. De acordo com denúncia protocolada na delegacia da Polícia Federal de Sorocaba, um grupo formado por advogados, ONGs e agentes públicos do setor ambiental convence os prefeitos de cidades com matas a criarem unidades de conservação (UCs), como parques e reservas. Em seguida, a gestão da unidade é transferida para uma ONG que vende créditos de carbono a empresas nacionais e estrangeiras a título de compensação ambiental. O valor total do negócio pode passar de R\$ 1 bilhão. A ação do grupo foca principalmente os municípios do Vale do Ribeira, região que concentra as maiores reservas de Mata Atlântica do Estado.

Fonte: *Jornal O Estado de São Paulo*, 01/04/2012, p. A25

Sustentabilidade.....

BM&FBovespa é eleita Bolsa mais sustentável da América Latina

A revista financeira inglesa *World Finance* elegeu recentemente a BM&FBovespa como Bolsa mais Sustentável da América Latina (*Best Sustainable Stock Exchange 2012*), por meio do prêmio *Exchanges & Brokers Awards*, criado em 2007 pela publicação britânica. A votação é feita pelos leitores da revista em todo o mundo. Atualmente, a BM&FBovespa tem dois índices voltados a questões socioambientais: o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), criado em 2005 com o objetivo de medir o desempenho de empresas com uma estratégia nítida de sustentabilidade baseada em critérios de governança, respeito ao meio ambiente e responsabilidade social e o Índice Carbono Eficiente (ICO2), lançado em 2010 em parceria com o BNDES e calculado em função da liquidez e das emissões de gases de efeito estufa das empresas que o compõem.

Fonte: *Jornal Brasil Econômico*, 16/03/2012, p. 35

Brasil aumenta produção de sacolas plásticas certificadas

O Programa de Qualidade e Consumo Responsável de Sacolas Plásticas registrou em janeiro deste ano aumento de 15% na produção de sacolas certificadas, fabricadas dentro da norma ABNT NBR-14937. O aumento refere-se ao mesmo período do ano passado, e reflete a preocupação de instituições ligadas à indústria do plástico – Plastivida Instituto Sócio Ambiental do Plástico, Instituto Nacional do Plástico (INP) e Associação Brasileira da Indústria de Embalagens Flexíveis (Abief) – com o meio ambiente, no sentido de promover o consumo consciente de sacolas plásticas, combatendo, assim, o desperdício e contribuindo com o descarte adequado deste material. De seu

lançamento, em 2008, até 2011, cinco bilhões de sacolas plásticas deixaram de ser produzidas e consumidas, ou seja, 27,9% de redução do desperdício em relação ao consumo de 2007.

Fonte: *Revista Leia*, Edição 623, 22/03/2012

Supermercados deixam de dar sacolas no Estado de São Paulo

Firmado no ano passado entre a Associação Paulista de Supermercados (Apas) e o governo estadual, o acordo que prevê o fim das sacolas plásticas chegou a entrar em vigor em 25 de janeiro, mas, diante da reclamação de consumidores, produtores de sacolinhas e estabelecimentos, o prazo foi adiado por um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado entre a Apas, o Ministério Público e o Procon (SP). A partir de 4 de abril, as redes afiliadas à Apas não distribuirão mais sacolas gratuitas. De acordo com o presidente da comissão de direito e relações de consumo da OAB-SP, José Eduardo Tavolieri de Oliveira, a falta de informação correta sobre o assunto ainda é muito grande. Para Miguel Bahiense, presidente da Plastivida - Instituto Sócio Ambiental dos Plásticos, que defende a manutenção das sacolinhas gratuitas, o pedido da Apas de renúncia fiscal por parte do Estado confirma a tese de que o acordo pelo fim das sacolinhas só trouxe problemas.

Fonte: *Estado de São Paulo*, 03/4/2012, pág. A16

Entidades ingressam com mandado de segurança para garantir distribuição de sacolas plásticas

A Plastivida Instituto Sócio Ambiental do Plástico, juntamente com outras entidades da indústria, devem ingressar com um mandado de segurança para garantir a distribuição de sacolas plásticas pelos supermercados que quiserem continuar cedendo as embalagens aos seus consumidores. Com o fim do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), há uma pressão por parte da Associação Paulista de Supermercados (Apas) e do Ministério Público para que os supermercados que continuarem distribuindo sacolas plásticas sofram retaliações. "Existe uma movimentação afirmando que é proibido distribuir sacolas plásticas, o que não é verdade. Não há lei contra as sacolas no Estado de São Paulo, o que está havendo é um acordo voluntário", afirma Miguel Bahiense, presidente da Plastivida. Também é importante destacar que o direito do supermercado em distribuir as sacolinhas plásticas está respaldado pelo Código de Defesa do Consumidor, que apoia o uso consuetudinário, ou seja, seu costume ao uso das sacolinhas. A entidade afirma ainda que a não distribuição das sacolinhas plásticas por parte dos supermercados trará sérios problemas sociais, ambientais e de saúde para a população, pois afetará seriamente o recolhimento do lixo



urbano doméstico por parte das empresas de limpeza pública, uma vez que não terão condições de coletá-lo de forma adequada.

Fonte: *Revista Leia*, Edição 627, 05/04/2012

Ver também Nota de Esclarecimento na página 11

Licenciamento Ambiental.....

Espera para obter licença ambiental é o triplo do prazo

Entre a decisão de construir um empreendimento elétrico e a obtenção da primeira licença ambiental são 958 dias de espera, em média. O tempo é quase três vezes maior que o prazo máximo determinado para um órgão ambiental autorizar ou não um projeto, conforme dados do estudo Agenda Ambiental, elaborado pelo Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE). O documento é um retrato do quão complexo tem sido compatibilizar desenvolvimento econômico e preservação ambiental quando o assunto é energia elétrica. Dezenas de empreendimentos estão parados por falta de definição sobre a viabilidade do projeto. Em alguns casos, os investidores já desistiram de levar adiante a obra e pediram a devolução da concessão. Um dos principais motivos é exatamente o processo ambiental. Há falta de mão de obra nos órgãos ambientais para avaliar os empreendimentos (não só de energia elétrica) em tempo hábil. Outro fator que atrapalha o processo ambiental é a discussão sobre de quem é a competência do licenciamento - governo federal, no caso Ibama, ou estadual, por meio das secretarias. Em muitos casos, cada um tem uma regra diferente. No meio dessa briga, muitos projetos ficam paralisados.

Fonte: *Jornal O Estado de São Paulo*, 19/03/2012, p. B4

Biodiversidade.....

Biodiversidade dos edifícios

A palavra biodiversidade traz à mente ecossistemas como a floresta amazônica. Mas existem ecossistemas com grande biodiversidade no fundo dos mares, na atmosfera, na boca de um carnívoro, no interior de uma cárie, no intestino de um humano. Em cada um desses ambientes vivem centenas ou milhares de espécies de seres vivos, muitos deles microrganismos, que se relacionam de maneira semelhante aos habitantes da floresta. Recentemente, ecologistas resolveram estudar os ecossistemas presente nas construções humanas. A biodiversidade está no concreto das lajes, na madeira dos forros, no gesso, nas luminárias, nos dutos de ar condicionado, nas privadas. Quando questionados sobre a relevância desses estudos, os ecologistas argumentam que quase 90% da população humana ficam mais de 80% do tempo em ambientes fechados; que esse é o ecossistema em que a espécie

humana se insere; e que sabemos muito menos sobre eles que sobre as tundras na Rússia, por exemplo. Esses estudos vão permitir compreender melhor como e com quem dividimos os ecossistemas que chamamos de lar. Fonte: *Jornal O Estado de São Paulo*, 15/03/2012, p. A29

Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema/Fiesp)

Questões ambientais, sociais e econômicas precisam ser conciliadas, afirma Ildo Sauer

Na Fiesp, professor de Energia da USP falou sobre desafios do setor energético no Brasil



Da esq. p/ dir.: Mario Hirose, Ildo Sauer, Adhemar Bahadrian, Walter Lazzarini, Celso Monteiro de Carvalho e Paulo Nogueira Neto

O professor-titular de Energia do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP, Ildo Luís Sauer, alertou para o consumo de carvão e petróleo na matriz energética. "O grande problema é como continuar produzindo o que produzimos e melhorar a distribuição entre os cerca de sete bilhões de habitantes no mundo", afirmou Sauer, durante a reunião do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp sob o tema "Energia e Sustentabilidade – Desafios e Dilemas do Brasil", em 27 de março, na sede da federação. Sauer destacou que desenvolvimento sustentável é o conjunto de ações que permite satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. "Parece simples, mas há implicações na interpretação desse conceito que não estão sendo adequadamente incorporadas no debate nacional e internacional", disparou. Na visão do professor da USP, existem três dimensões que precisam ser conciliadas simultaneamente: a questão da relação com o ambiente e a biosfera, a questão social e a questão econômica. "Desta tríade, resultam desafios e dilemas que transcendem o Brasil, presentes no dia a dia, e dos quais temos pouco nos dado conta". De acordo com Sauer, com o declínio da produção dos campos de petróleo existentes, a demanda crescente deverá ser suprida por incorporação de novas descobertas petrolíferas, por fontes alternativas de energia e maior eficiência energética.

Fonte: *Fiesp*, <http://bit.ly/H4pnn8>.

Departamento de Meio Ambiente (DMA/Fiesp)

Seminários Resíduos Sólidos: As responsabilidades de cada setor

Nos dias 16 e 28 de março, o diretor do DMA, Eduardo San Martin coordenou em Santa Barbara d'Oeste/SP e Campinas, respectivamente, o Seminário sobre resíduos sólidos. Realizado em parceria com as respectivas Diretorias Regionais do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), os seminários contaram com a presença de autoridade ambientais e demais representantes do setor público, privado e associações para tratar das novas responsabilidades impostas pela Lei Nacional 12305 que institui o Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Câmara dos Vereadores

Em 20 de março, o DMA participou de reunião na Câmara dos Vereadores, para tratar de assunto relacionado ao projeto de lei sobre a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos no município de São Paulo. Estiveram presentes o diretor-titular adjunto do DMA/Fiesp, José Carlos Basílio; o presidente da Câmara dos Vereadores, José Police Neto e, o Líder da bancada do PT, Ítalo Cardoso.

Seminário da Cadeia Produtiva da Pesca

Em 22 de março, o DMA esteve presente ao Seminário da Pesca Esportiva e Aquicultura: Participação no Crescimento Social, Econômico e Turístico do Brasil”, realizado pelo Comitê da Cadeia Produtiva da Pesca e Aquicultura (Compesca), na sede da Fiesp. O evento contou com a participação do Ministro da Pesca, Marcelo Crivella e da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, Monika Bergamaschi, além de representantes dos diversos elos da cadeia produtiva.

Divisão de Gestão Empresarial Ambiental (GEA)

Em 22 de março, a Divisão GEA do DMA/Fiesp teve sua primeira reunião com a participação do diretor titular da Divisão GEA e diretor do DMA, Marlúcio Borges e como diretor adjunto, Márcio Esteves. A pauta da reunião se baseou na apresentação e discussão de temas prioritários da Divisão, como a parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma); e a criação do índice de atividade ambiental da indústria. Foi definida a sistemática das reuniões da Divisão, qual seja, reuniões mensais nas manhãs dos dias das reuniões da diretoria do DMA da Fiesp, na sede da Fiesp, às 10h00.

Filtros automotivos

Em 28 de março, o DMA participou de reunião com

representantes do setor de filtros automotivos para tratar de assunto relacionado à aplicação da Resolução SMA 38/2011, que estabelece a relação de produtos geradores de resíduos de significativo impacto ambiental, para fins do disposto no artigo 19, do Decreto Estadual nº 54.645, de 05.08.2009, que regulamenta a Lei Estadual nº 12.300, de 16/03/2006 (Política Estadual de Resíduos Sólidos).

Áreas contaminadas - regulamentação

Em 03 de abril, a convite da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), o DMA participou em conjunto com várias entidades representativas da sociedade, de reunião para apresentação dos resultados da consulta pública sobre o processo de regulamentação da Lei Estadual 13.577/09, que dispõe sobre as diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas. Em razão de dúvidas quanto às garantias bancárias e ao seguro ambiental, a Cetesb propôs a realização de um seminário sobre o assunto. Quanto ao tema “Compensação Ambiental” não houve evolução. A proposta da Cetesb é cobrar no licenciamento de atividades potencialmente poluidoras, que serão definidas por meio de Resolução, um valor ainda a ser estipulado que será recolhido ao Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas (Feprac), a título de compensação ambiental. O grupo de trabalho da Cetesb prevê a entrega da minuta final de regulamentação ao Secretário de Estado de Meio Ambiente, no início de maio de 2012.

Sindicato da Indústria de Artefatos de Metais não Ferrosos no Estado de São Paulo (Siamfesp)

Em 05 de abril, o especialista do DMA/Fiesp, Ricardo Lopes Garcia, ministrou palestra com o tema “Política Nacional de Resíduos Sólidos”, no ciclo de seminários do Siamfesp “Gerenciamento de Passivos Ambientais – um desafio para o setor”.

Fóruns Ambientais

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

Comitê Brasileiro de Gestão Ambiental (CB-38)

Em 16 de março, o DMA participou de reunião do comitê gestor da ABNT/CB-38, no Rio de Janeiro/RJ, destacando-se: a participação na reunião plenária do ISO/TC207, que ocorre entre os dias 24 e 30 de junho de 2012, em Bangcoc, Tailândia, na qual se prevê o início da revisão da ISO 14001:2004 e as normas sobre pegadas, hídrica e de carbono, além de avaliação de ciclo de vida em organizações; e a realização de um evento paralelo do ISO/TC 207 e ISO/TC 242 (comitê de gestão de energia da

ISO), no Riocentro, num dos dias que antecedem a Conferência Rio+20, para expor o trabalho de normalização ambiental internacional atual, bem como as perspectivas futuras. Quanto às atividades dos subcomitês, tem-se como destaque:

Subcomitê (SC)	Atividade
SC-01 (norma de sistema de gestão ambiental)	revisão internacional da ISO 14001, em processo inicial.
SC-02 (normas de auditoria ambiental e correlatas)	ISO 19011 foi revista e publicada em inglês no final de 2011 e está em fase de edição final da tradução no Brasil.
SC-03 (normas de rotulagem ambiental)	acompanhamento da emenda à norma ISO 14021, sobre rotulagem ambiental tipo I (autodeclaração).
SC-04 (normas sobre avaliação de desempenho ambiental)	revisão internacional da ISO 14031 e está em fase de publicação; a ISO 14033 sobre informações quantitativas em avaliação de desempenho ambiental está em fase final de elaboração internacional.
SC-05 (normas de avaliação de ciclo de vida)	elaboração de normas sobre avaliação de ecoeficiência; Pegada Hídrica, e proposta de revisão antecipada das normas ISO 14040 e ISO 14044.
SC-06 (norma de terminologia na Série ISO 14000)	aguardando o resultado da consulta pública para a publicação, no Brasil, da norma internacional.
SC-07 (normas sobre mudança do clima)	ISO 14065 de requisitos para verificação de inventários e projetos de redução/remoção de gases de efeito estufa (GEE) entrará em revisão antecipada no final de 2012, e está em andamento a tradução da ISO 14066 que trata de requisitos de competência para equipes de auditoria e certificação de normas relativas a gases de efeito estufa.
SC-08 (comunicação ambiental)	em fase de difusão e disseminação visando à ampliação da aplicação dos documentos.
SC-09 (guia sobre produtos e projetos com abordagem de ciclo de vida)	em fase de difusão e disseminação visando à ampliação da aplicação dos documentos.

Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG)

Força-tarefa (FT) de Meio Ambiente

Em 29 de março, o DMA participou do evento organizado em Campinas, na CPFL Cultura, empresa signatária do Pacto Global. Com público de cerca de 100 pessoas e o tema central "Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) - Perspectivas e Aplicações", dirigido a pequenas empresas, industriais ou não, houve apresentações e debates sobre a

PNRS na transição para a economia verde; perspectivas, expectativas e responsabilidades das empresas, do ponto de vista técnico e legal; e exposição de casos de sucesso em logística reversa e inovação de produto voltada à redução da geração de resíduos sólidos. A Fiesp que, por meio do DMA, é signatária do Pacto Global e membro do seu Comitê e forças-tarefa de comunicação e meio ambiente, contribuiu com apoio institucional (cessão de logomarca e materiais aos participantes - blocos e canetas).

GT Rio+20

Em 20 de março, o DMA participou da reunião em que os destaques foram as definições do Grupo de Trabalho (GT) sobre o documento do CBPG a ser entregue à Presidente Dilma Rousseff e à Casa Civil, o qual será revisto por meio de nova circular aos membros do CBPG. A aprovação final do documento acontece em abril de 2012, quando também se definirá a melhor forma de entrega à presidente. Quanto ao evento da rede brasileira do Pacto Global no Fórum de Sustentabilidade Corporativa do Pacto Global Mundial, que ocorrerá de 16 a 18 de junho de 2012, o GT Rio+20 ficou com a incumbência de definir a estrutura do evento brasileiro, sendo na parte da manhã do dia 18/06, duas sessões plenárias; uma com dois palestrantes (governo ou 3º setor e empresa signatária) e um mediador (jornalista), e outra com um palestrante internacional. Quanto aos casos de estudo brasileiros sobre os temas do Fórum e da Rio+20, ficou acordado que poderão ser selecionados casos de empresas do comitê brasileiro para apresentá-los em forma de *posters* que ficariam expostos durante o evento. O encontro de CEOs das empresas signatárias está sendo organizado para ocorrer em almoço no contexto do Fórum do Pacto Global Mundial, com a presença de Michele Bachelet, chanceler alemã, e o tema central do encontro seria questões de gênero, consideradas transversais às questões do desenvolvimento sustentável, proposta esta idealizada e a ser viabilizada pela representante da Itaipu Binacional, coordenadora da FT Direitos Humanos do CBPG.

Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema)

293ª Reunião Ordinária do Plenário

Em 20 de março, o DMA esteve presente à reunião em que os membros do Conselho aprovaram a Minuta de Resolução que exclui a atividade pesqueira no Setor Itaguaçu da Área de Proteção Ambiental (APA) Marinha Litoral Centro. A área com restrição à pesca passa a ser zona de amortecimento do Parque Estadual da Laje de Santos. Nessa ocasião, o Plenário do Consema deliberou por adiar a discussão sobre o Plano de Manejo da Estação Ecológica do Jataí, em Luís Antônio/SP, por um prazo 90 dias, de forma que a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb)



possa se pronunciar a respeito das possibilidades de alteração da norma técnica que define os critérios e procedimentos para aplicação da vinhaça no solo.

Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Cades)

27ª Reunião Plenária Extraordinária

Em 26 de março, o DMA esteve presente à reunião em que se discutiu a análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/Rima) da Operação Urbana feita pela Câmara Técnica de Parcelamento, Uso e Ocupação do Sol e que ao final foi aprovado. Também se deliberou a favor das diretrizes anuais apresentadas para a utilização do Fundo Especial do Meio Ambiente (Fema). Por fim, houve apresentação do Instituto Paulo Freire, para conhecimento do Projeto Território Cidadão que engloba um curso de formação de conselheiros de cultura, de paz e sustentabilidade.

Posse de Conselheiros – Mandato 2012/2013

Em 30 de março, o DMA esteve presente à reunião na Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente para a assinatura de posse. O diretor do DMA, Márcio Esteves, foi eleito o novo conselheiro representante da Fiesp junto ao Cades no mandato 2012/2013.

Lançamento da estação móvel de saneamento e tratamento de água

Em 19 de março, o DMA esteve em Pirajú/SP para participar do lançamento da estação móvel, que por meio de um sistema baseado em nanotecnologia, faz a descontaminação da água, atendendo às restrições da legislação vigente.

Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL)

Em 20 de março, o DMA esteve presente à reunião, realizada em Piracicaba/SP. Na ocasião, foram analisados e aprovados projetos de apoio à gestão das câmaras técnicas dos comitês PCJ, dentre outros assuntos tratados.

Reunião na Agência PCJ

Em 28 de março, o DMA esteve presente à reunião em que foi discutida a possível atualização dos valores cobrados pelo uso da água nas bacias PCJ, bem como a inclusão de novos parâmetros para cobrança. Também foi discutido o planejamento para aplicação dos recursos arrecadados pela cobrança nas Bacias e o fluxo de caixa.

Grupo Técnico de Cobrança (GT-Cob)

Em 29 de março, o DMA esteve presente à reunião em que foram discutidos os possíveis índices de atualização financeira que podem ser aplicados nos valores cobrados atualmente pelo uso da água, dentre outros assuntos.

Reunião Plenária Ordinária

Em 30 de março, o DMA esteve presente à reunião, realizada em Iracemápolis/SP. Na ocasião, foram discutidas a substituição do secretário executivo adjunto; a hierarquização e indicação de empreendimentos para recebimento de recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) para o exercício de 2012; dentre outros assuntos.

Comitê da Bacia Hidrográfica do Aguapeí Peixe (CBH-AP)

Grupo Técnico da Cobrança (GT-Cob)

Em 26 de março, o DMA esteve presente à reunião realizada em Marília/SP, quando foi dada continuidade à discussão dos valores e coeficientes ponderadores da cobrança pelo uso da água na Bacia Hidrográfica do Aguapeí-Peixe.

Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Paranapanema (CBH-ALPA)

Palestra sobre a Cobrança pelo Uso da Água

Em 22 de março, o Coordenador Regional do DMA, Roberto Polga, esteve presente no Sindicato Rural de Itapetininga, São Paulo, para palestrar sobre a cobrança pelo uso da água no CBH-ALPA.

Comitê da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema (CBH-PP)

33ª Reunião Ordinária

Em 30 de março, o DMA esteve presente à reunião realizada em Presidente Prudente/SP. A pauta foi referente à apreciação da Deliberação CBH-PP 133/2012, que aprova a proposta dos mecanismos e valores para a cobrança pelos usos urbano e industrial dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo no âmbito da Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema; apreciação da Deliberação CBH-PP 134/2012, que aprova a transferência de recursos financeiros do CBH-PP para o Comitê da Bacia Hidrográfica do Médio Paranapanema (CBH-MP), tendo em vista a realização do 10º Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos; e a apreciação da minuta da Deliberação CBH-PP 135/2012, que indica prioridades de investimentos ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2012.

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira e Litoral Sul (CBH-RB)

Posse de Representantes

Em 27 de março, o DMA esteve presente à reunião que aconteceu no Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) do Vale do Ribeira/SP com a presença do diretor



titular, Carlos Puzzi, para obter esclarecimentos sobre as indicações dos dois representantes do Ciesp como membros plenários do Comitê para o mandato dos próximos dois anos.

Comitê da Bacia Hidrográfica Sapucaí Mirim e Grande (CBH-SMG)

Câmara Técnica de Aguas Subterrâneas (CT-AS)

Em 13 de março, o DMA esteve presente à reunião realizada em Franca/SP. Na ocasião, foram discutidos assuntos referentes ao Aquífero Guarani e realizada elaboração do regimento interno e plano de ação da CT-AS.

Comitê da Bacia Hidrográfica do Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT)

Unidade de Acompanhamento do Plano de Bacia

Em 14 de março, o DMA coordenou a reunião, realizada em Sorocaba/SP, quando foi apresentado e analisado o plano de bacias elaborado para o período de 2008 a 2012, dentre outros assuntos tratados.

Grupo Técnico de Cobrança (GT-Cob)

Em 15 de março, o DMA esteve presente à reunião realizada em Sorocaba/SP. Na ocasião, foram apreciadas e aprovadas as atas de reuniões anteriores; o plano de trabalho para 2012; dentre outros assuntos tratados.

Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) de Itupararanga

Em 02 de abril, o DMA esteve presente à reunião realizada em Vargem Grande Paulista/SP. Na ocasião, foi discutida a implantação de áreas de lazer em áreas públicas na APA Itupararanga no município de Mairinque/SP, dentre outros assuntos tratados.

Comitê da Bacia Hidrográfica do Turvo/Grande (CBH-TG)

Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos e Assuntos Institucionais (CT-PLAGRHI/AI)

Em 12 de março, o DMA esteve presente à reunião, realizada em São José do Rio Preto/SP. Na ocasião, foi realizada avaliação do Estudo, e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) dos Loteamentos Residenciais no município de São José do Rio Preto.

Seminário sobre Resíduos Sólidos

Em 14 de março, o DMA esteve presente ao seminário realizado em São José do Rio Preto/SP. Na ocasião, o Professor José Carlos Rassier proferiu a palestra sobre Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;

e o Engenheiro André Lobanco Cavalini proferiu palestra sobre Gerenciamento de Resíduos Sólidos (Iodos) de Estação de Tratamento de Água (ETA).

Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos e Assuntos Institucionais (CT-PLAGRHI/AI)

Em 16 de março, o DMA esteve presente à reunião realizada em São José do Rio Preto/SP. Na ocasião, foi realizada análise técnica de projetos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) 2012.

Seminário em comemoração ao Dia Mundial da Água

Em 21 de março, o DMA esteve presente ao seminário realizado em São José do Rio Preto/SP. Na ocasião, foram abordados assuntos como: uso racional da água e boas práticas para a preservação; o papel da educação para a responsabilidade na preservação dos recursos hídricos; a avaliação do impacto e medidas para a preservação dos recursos hídricos; dentre outros.

Comitê dos Jovens Empreendedores (CJE Ambiental)

Incentivo fiscal para empresas que realizam reciclagem

Em 13 de março, os diretores representantes do Comitê dos Jovens Empreendedores (CJE) pelo DMA/Fiesp, Celso Shimura e Samuel Cardoso, estiveram presentes em reunião com os assessores técnicos do gabinete do deputado estadual Fernando Capez na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. A reunião foi solicitada pelos diretores representantes do CJE, com o objetivo de encaminhar a demanda da indústria em relação à criação de incentivos fiscais para empresas que realizam atividades de reciclagem em sua cadeia produtiva, como a utilização de matéria prima reciclada. A ideia é criar instrumentos legais que fomentem o reaproveitamento de produtos descartados do consumo, transformando-os em matéria-prima para reinserção na cadeia produtiva na indústria. Com a colaboração dos assessores técnicos, foram identificadas oportunidades em relação ao tema e prontamente apresentada a possibilidade da realização deste trabalho em conjunto com a equipe técnica do DMA/Fiesp. Em prosseguimento a essa reunião, o deputado Fernando Capez foi convidado para um almoço com o diretor titular do DMA/Fiesp, Nelson Pereira dos Reis, em data a ser definida. Dentre outros trabalhos e atividades, o deputado presidiu em 2011 a "Sessão Solene em Homenagem ao Empreendedorismo Sustentável".



Casos de sucesso

Projeto Água

Empresa: Dedini S/A Indústrias de Base

A Dedini S/A Indústrias de Base é uma empresa familiar, com capital 100% nacional, que atua na produção de bens de capital em diversas unidades espalhadas pelo Brasil. Localizada em Rio Claro, a unidade Fundação Dedini possui uma capacidade instalada produtiva de até 40 mil toneladas/ano e pode produzir peças de até 45 toneladas, com forte atuação no fornecimento para os segmentos de açúcar e etanol, de hidrogeração, de mineração e de veículos automotivos.

Descrição das Medidas Adotadas

Como forma de minimizar os impactos ambientais, a empresa investiu em ações que otimizam o reaproveitamento dos recursos naturais, dentre as quais destacam-se: sistema de reúso de água para resfriamento dos fornos fusores; implementação de sistema de captação da água da chuva; recuperação da barragem de captação de água do Ribeirão Guamiun; reflorestamento de áreas que compõem a microbacia do Guamiun; adequação e melhoria da Estação de Tratamento de Água (ETA); educação e conscientização ambiental de colaboradores, terceiros e comunidades; dentre outras.

Resultados Ambientais e Econômicos

De 2008 a 2011, houve redução de 29,5% no volume de água captada, o que equivale a 1.186 m³/mês. No aspecto econômico, considerando o investimento realizado em todo o projeto, o *payback* foi calculado em 12 meses.

Câmara Ambiental da Indústria Paulista (Caip/Fiesp)



Câmara Ambiental da Indústria Paulista

Em 24 de abril, acontece à 3ª reunião da Comissão de Análise de Ciclo de Vida (ACV) da Caip, na sede da Fiesp. Na ocasião serão discutidas a atualização das ações do Programa Brasileiro de ACV e a continuação do planejamento de ações da Comissão.

Eventos*

Seminário Resíduos Sólidos – As responsabilidades de cada setor

Realização: Ciesp

Data: 12 de abril de 2012

Horário: 19h00 às 22h00

Local: Ciesp São João da Boa Vista

Endereço: Av. Oscar Pirajá Martins, 870

Contato: (19)3622-2373

E-mail: isabel@ciespsaojoao.com.br

Seminário Resíduos Sólidos – As responsabilidades de cada setor

Realização: Ciesp

Data: 17 de abril de 2012

Horário: 08h30 às 11h30

Local: Ciesp Sorocaba

Endereço: Eng. Carlos R. Mendes, 3260 - Alto Boa Vista/SP

Contato: (15) 4009-2900

Email: cursos@ciespsorocaba.com.br

Benefícios da certificação de um Sistema de Gestão Integrado com Base nas Normas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001

Realização: BSI Brasil

Data: 26 de abril de 2012

Horário: 08h00 às 12h30

Local: Liau Hotels Park Plaza

Endereço: Av. Nações Unidas, 1501- S. B. do Campo/SP

Inscrições e informações: <http://bit.ly/I76OCY>

Sustentabilidade: soluções ambientais para sua empresa

Realização: Keyassociados

Data: 26 de abril de 2012

Horário: 09h00 às 11h00

Local: Keyassociados

Endereço: Av. Paulista, 37, 10º andar - São Paulo/ SP

Inscrições e informações: <http://bit.ly/H2GN6U>

11ª Conferência de Produção mais Limpa (P+L) e Mudanças Climáticas da Cidade de São Paulo

Realização: Câmara Municipal de São Paulo

Data: 08 de maio de 2012

Horário: 08h30 às 17h00

Local: Memorial da América Latina

Endereço: Av. Auro Soares de Andrade, 664 - São Paulo/SP

Inscrições e informações: <http://bit.ly/xNjIXs>

*gratuitos

Legislação Ambiental Diplomas Legais Recentes

Federal

Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) nº. 450, de 6 de março de 2012 - Altera os arts. 9º, 16, 19, 20, 21 e 22, e acrescenta o art. 24-A à Resolução no 362, de 23 de junho de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que dispõe sobre recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.

Instrução Normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) nº. 2, de 27 de março de 2012 - Estabelece as bases técnicas para programas de educação ambiental apresentados como medidas mitigadoras ou compensatórias, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Projetos de lei (PL)

PL nº. 3551/2012 - Dispõe sobre o descarte e disposição final de baterias e pilhas usadas e dá outras providências.

PL nº. 3482/2012 - Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, para obrigar à publicação do inteiro teor das licenças ambientais.

PL nº. 3472/2012 - Torna obrigatória a utilização de materiais reciclados em produtos eletroeletrônicos e eletrodomésticos.

PL nº. 3409/2012 - Torna obrigatória a informação, impressa nos rótulos de artigos de consumo industrializados comercializados no Brasil da forma de descarte ou retorno da embalagem e do produto após o consumo.

PL nº. 3290/2012 - Dispõe sobre a substituição do uso de sacolas plásticas por sacolas ecológicas, e dá outras providências.

Estadual (SP)

Decreto nº. 57.933, de 2 de abril de 2012 - Reorganiza a Secretaria do Meio Ambiente e dá providências correlatas.

Resolução conjunta da Secretaria de Meio Ambiente (SMA) / Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) / Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania (SJDC) nº. 1, de 23 de março de 2012 - Altera a Resolução Conjunta SMA-SAA-SJDC-1, de 27-12-2011, que dispõe sobre o licenciamento ambiental para atividades agropecuárias no Estado de São Paulo.

Projetos de lei (PL)

PL 186/12 - Estabelece procedimentos de controle ambiental para a utilização de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa em obras e serviços de engenharia contratados pelo Estado.

Nota de Esclarecimento

Sacolas Plásticas: Campanha contra sua utilização é suspensa

A Plastivida Instituto Sócio Ambiental dos Plásticos tem a satisfação de informá-lo da decisão tomada por unanimidade pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), para que a Associação Paulista de Supermercados (Apas) suspenda imediatamente sua campanha publicitária contra as sacolas plásticas. Tal decisão foi tomada a partir de uma representação feita pela Plastivida ao Conar, que entendeu, de forma unânime, que o conteúdo da campanha contraria os oito itens da ética publicitária no que se refere à sustentabilidade, ou seja, não apresenta qualquer dado científico que embase os apelos ambientais contrários às sacolas plásticas citados na campanha "Vamos tirar o planeta do sufoco" que desrespeitou os cidadãos, caracterizando uma tentativa de propaganda enganosa, razão pela qual o Conar determinou sua suspensão imediata. A propósito, lembramos, também, que você tem direito a receber gratuitamente embalagens adequadas para transportar suas compras, sendo um direito seu, garantido pelo Procon. A orientação da Apas em banir as sacolas é uma ação voluntária de alguns supermercados e que já se mostrou enganosa a você, consumidor, e não está respaldada em qualquer lei. Portanto, os supermercados não são obrigados a seguir o banimento sugerido, de modo que também não poderão ser multados por descumprimento do acordo voluntário. Diante disso, pedimos sua colaboração no sentido de nos informar se seus direitos estão sendo respeitados e verifique se no supermercado onde você faz suas compras a campanha da Apas ainda está presente e se há qualquer restrição à entrega de sacolas, para que possamos tomar as medidas cabíveis. A união faz a força em defesa do consumidor e da verdade. Para saber mais, acesse: <http://bit.ly/GSCAnj>.